

Experiências de precarização do trabalho na América Latina: migração e empreendedorismo como apostas para o futuro

Carolyne Reis Barros¹

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG, Brasil)

Andrea Pujol²

Universidad de Córdoba (Córdoba, Argentina)

José Newton Garcia de Araújo³

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG, Brasil)

A análise do trabalho convoca à ampliação de referências epistemológicas e metodológicas para produzir transformações a partir de suas distintas realidades e dimensões. Nesse sentido, as abordagens das Clínicas do Trabalho se mostram como um caminho para compreender as relações entre subjetividade e trabalho, considerando suas condições concretas. O objetivo deste artigo é discutir, com base nas Clínicas do Trabalho, a relação entre processos de trabalho precarizado e a subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras, em dois contextos laborais e territoriais distintos. Assim, parte-se de duas pesquisas para pensar esta mobilização. Na primeira, foram realizadas entrevistas em profundidade com haitianos(as) que residiam em Contagem/MG, a fim de compreendermos as dimensões psicossociais da migração para migrantes haitianos a partir das categorias território e trabalho. A segunda pesquisa buscou compreender as trajetórias empreendedoras no Uruguai e na Argentina a partir de um estudo sobre empreendedorismo nos dois países, que incluiu entrevistas biográficas com 18 empreendedores. Tais experiências possuem em comum a presença do desemprego nas trajetórias laborais de trabalhadoras e trabalhadores entrevistados(as) e uma característica básica do precariado: a ausência de um projeto de futuro que possibilite a construção de existências emancipatórias, o que pode ser fonte de sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Clínicas do trabalho, Psicologia do trabalho, Precariado, Trabalho precário.

Experiences of precarious work in Latin America: migration and entrepreneurship as bets for the future

Analyzing work requires expanding epistemological and methodological references to produce transformations based on its distinct realities and dimensions. Thus, the approaches of Labor Clinics can understand the relations between subjectivity and work by considering their concrete conditions. This study aimed to discuss the relations between precarious work processes and the subjectivity of workers in two distinct labor and territorial contexts, based on Work Clinics. Thus, two research studies are used to think about this mobilization. In the first, in-depth interviews were conducted with Haitian men and women who live in Contagem/MG to understand the psychosocial dimensions of migration for Haitian migrants based on categories of territory and work. The second research sought to understand entrepreneurial trajectories in Uruguay and Argentina from a study on entrepreneurship in both countries, which included biographical interviews with 18 entrepreneurs. These experiences share the presence of unemployment in the labor trajectories of the interviewed workers and a basic characteristic of the precariat: the absence of a future project that enables the construction of emancipatory existences, which can cause psychological suffering.

Keywords: Work clinics, Work psychology, Precariat, Precarious labor.

¹ <https://orcid.org/0000-0001-5503-3350>

² <https://orcid.org/0000-0002-0821-6215>

³ <https://orcid.org/0000-0001-9648-9741>

Trabalho, emprego e precariedade

Em sua perspectiva clássica, os estudos sobre trabalho e a qualidade do emprego tiveram sua abordagem limitada à análise de variáveis institucionais: as características do contrato de trabalho, salários e benefícios. Atualmente, é inquestionável que esse tipo de estudo é insuficiente para determinar os cenários de trabalho, entre eles o emprego e a necessidade de questionar a própria noção de “qualidade” aplicada ao emprego. Assim, é preciso produzir novas contribuições para definir o alcance desse conceito (Barreto Ghione, 2001; Farné, 2003; Valenzuela & Reinecke, 2000) e oferecer alternativas para sua medição (Lanari, 2005). Nesse cenário, vários estudos discutem o alcance das variáveis institucionais para definir a qualidade do emprego e a relevância que adquire assumir a ótica do ator social, o que permite mesmo definir o caráter não clássico de um processo de trabalho (Pujol, 2011a, 2011b, 2013a; Rodríguez-Miglio et al., 2015; Toledo, 2017). Ao passarmos do nível institucional da relação de trabalho para a consideração da perspectiva dos trabalhadores, a articulação do conceito de trabalho como categoria histórico-social com o de atividade – que remete a uma tradição antropológica e psicológica – permite acessar a compreensão dos processos de construção da subjetividade, mas também – dialeticamente – da capacidade de agência na construção do social (Pujol, 2013a). Assim, o objetivo deste artigo é compreender, a partir das discussões da relação entre subjetividade, atividade e precarização, com base nas Clínicas do Trabalho, como os processos de precarização mobilizam as subjetividades dos trabalhadores e trabalhadoras em diferentes contextos laborais e territoriais.

Portanto, a análise das tensões que ocorrem entre a organização do trabalho, seus processos de subjetivação e a dinâmica da ação coletiva das condições materiais e ambientais de trabalho, modos de gestão e organização do trabalho são imprescindíveis para compreendermos de maneira aprofundada as características que o trabalho contemporâneo assume. O mundo do trabalho abarca uma infinidade de contextos e formas de se trabalhar. Trabalhos regulados e protegidos pelo Estado, trabalhos desprotegidos, formas cooperadas de trabalho na economia solidária e na economia funcional circular, além da terceirização, *pejotização*, *uberização*, trabalho autônomo, *quarteirização*, empreendedorismo, entre outras (Campos & Soeiro, 2016; Druck & Antunes, 2013; Slee, 2019). Nessas diversas configurações, há infinitas construções de sentidos que são atravessadas por marcadores sociais, como gênero, sexualidade, raça/cor/etnia, classe social, país/região de origem e idade, mas o que conecta as diversas formas e situações no mundo do trabalho é a percepção de que tudo está pior do que estava antes: ganhamos menos, trabalhamos mais e estamos cada vez mais exaustos.

Segundo Eliane Brum (2016), vivemos correndo, exaustos e dopados e, embora pareça algo novo, nada mais velho que este cenário. O processo de produção da mercadoria analisado por Marx, no capítulo XXIV de *O Capital* (2017), desvenda o potencial expansivo desse processo, a partir da “subjugação do trabalhador” (p. 787). Essa subjugação, ao longo da história, se traduz em diferentes formas de precarização e de intensificação do trabalho. Atualmente, por exemplo, vemos o controle do tempo e do ritmo, determinados pela organização do trabalho, daí a exaustão e o controle do trabalhador, que pode operar a qualquer hora, no ritmo definido pelas tecnologias de gestão e de produção, amparado até por substâncias químicas que sustentam seu ritmo laboral. Os cenários de precarização do trabalho e o medo do desemprego desaguam nas relações de submissão e humilhação no trabalho (Dejours, 1987; Jost et al., 2014). As lutas pela emancipação no trabalho e a presença combativa dos sindicatos, visando mudar e democratizar as relações de trabalho (Santos, 2010), apresentam-se cada vez mais desafiadoras.

Se o neoliberalismo se expande também a partir de processos de precarização (Gago, 2018), o conceito de precariado (Castel, 1998; Standing, 2011) apresenta-se como um ponto de partida para refletirmos sobre os impactos da precarização laboral na subjetividade do trabalhador, na fragilização da vida e dos vínculos sociais. A palavra precariado foi utilizada especialmente a partir de 1980, em países do Norte global, para qualificar trabalhadores que passaram por um intenso processo de

flexibilização derivada da reestruturação produtiva do capital. De acordo com Standing (2011), a etimologia da palavra deriva de *precarium*: “obtido por meio de prece; tomado como empréstimo; alheio, estranho; passageiro”, mas o autor cunha o termo a partir da junção das palavras precário e proletariado. O mesmo autor define o precariado como uma classe-em-formação que possui características de classe diferente da classe de trabalhadores.

A partir da América Latina, a discussão a respeito do precariado é elaborada por autores como Ruy Braga (2012) e Giovanni Alves (2012). Para Braga (2012), o precariado é parte da classe trabalhadora e sempre esteve presente no desenvolvimento do modo de produção capitalista. A ancorando-se na concepção de superpopulação relativa, de Marx (2017), e de exército de operários reserva, de Engels (2008), o autor define que o precariado é formado pelos trabalhadores que se inserem nas modalidades latentes, flutuantes e estagnadas da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva¹ (Braga, 2012). Para Alves (2012), o precariado também não é uma classe nova como apresentada por Standing (2011), mas, diferente de Braga (2012), Alves sustenta que tal camada é composta por jovens adultos altamente escolarizados, desempregados ou que vivem produzindo existências precárias. Diante de sua condição como parte da classe trabalhadora, trabalhadores e trabalhadoras que compõem o precariado não seriam uma nova classe, tampouco perigosa e facilmente manipulável como descreve Standing (2011), mas pessoas que lutam contra o esfacelamento dos direitos trabalhistas conquistados e pela manutenção e ampliação de direitos sociais.

Também é importante a articulação entre trabalho precário e trabalho informal na América Latina, pois sua presença na história sempre ocupou um lugar central no pensamento social latino-americano (Vejar, 2017). Na década de 1980, como resultado da crise internacional, a precariedade tornou-se global e passou a ser uma preocupação compartilhada por teóricos sociais latino-americanos e europeus. No entanto, as consequências sociais do processo “global” de precariedade do trabalho nunca implicaram, para as sociedades europeias, os níveis de pobreza e marginalidade que se estabilizaram na América Latina (Pujol & Falcão, 2021).

Nesse quadro, na década de 2000, Argentina e Brasil vivenciaram períodos de forte recuperação em seus mercados de trabalho, diminuição das taxas de desemprego e melhoria do emprego e dos salários registrados (Leite & Del Bono, 2016), mas os processos históricos de precarização do trabalho desses países não foram revertidos e adotaram novas formas, entre as quais se destacam a terceirização e a promoção do autoemprego, das empresas autogestionárias etc.

Como vimos, para a articulação de uma perspectiva crítica em torno do trabalho contemporâneo e das instituições envolvidas em sua dinâmica, é essencial considerarmos a distinção entre trabalho e emprego, como uma chave que nos permite compreender a diversidade do mundo do trabalho. Pode-se dizer que o trabalho não se limita à sua institucionalização econômica, ao emprego. O trabalho é uma atividade guiada por um projeto de transformação do real e pela construção de sentidos e significados (Clot & Lhuillier, 2006). Nesse sentido, o conceito de “trabalho real”, advindo da Ergonomia francesa (Wisner, 1994), desempenha um lugar muito importante. Com efeito, é na distância entre trabalho prescrito e trabalho real que o sujeito assume o papel principal na cena do trabalho, embora não se trate aqui, forçosamente, de um papel político, relativo à transformação das relações de trabalho.

Com a incorporação da dimensão subjetiva e da perspectiva da atividade (Lhuillier, 2006a), a qualidade do trabalho pode ser definida de acordo com as possibilidades de construção do sentido e de mobilização subjetiva que se oferecem aos sujeitos. A dimensão subjetiva do trabalho, a partir de sucessivos processos de renormalização (Schwartz & Durrive, 2009) pode levar, em maior ou menor grau, à configuração de um trabalho de qualidade, que atenda às necessidades sociais e que

1 O termo “exército industrial de reserva” refere-se, à época, à ideia de que a indústria era o local onde se realiza a valorização do capital (Marx, 2017).

possibilite o desenvolvimento de trabalhadoras e trabalhadores, o que implica a capacidade relativa de sujeitos e grupos agirem cotidianamente em busca de um manejo adequado entre trabalho e vida.

O desemprego e a precariedade do trabalho, principalmente associados à flexibilização e à individualização, são uma porta de entrada para o sofrimento, questão que tem sido particularmente analisada pela psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2001, 2006; Dessors & Guiho-Bailly, 1998; Schmidt et al., 2018). As evidências emergem da análise de qualquer uma das atividades produtivas em que é possível notar sofrimento psíquico associado às condições em que trabalhamos, particularmente no que diz respeito ao sentimento de que “cuidar” do emprego envolve aceitar e, em muitos casos, naturalizar demandas e condições insatisfatórias. Assim, também se passa com a experiência de que progredir ou obter melhorias na carreira, desenvolvendo-se no emprego, envolve o enfrentamento e a resolução de um importante conjunto de contradições individuais e coletivas.

A importância do olhar clínico sobre a precariedade das experiências de trabalho

Nesse quadro, é essencial incorporar o olhar clínico no campo do trabalho. As Clínicas do Trabalho (Lhuilier, 2006b) não se referem a uma teoria abrangente nem a uma justaposição de pesquisas sobre o mal-estar e fragilização social, na relação sujeito/trabalho. São abordagens teórico-metodológicas com filiações epistemológicas distintas que se articulam em torno de problemas que requerem um olhar crítico. Nesse sentido, em relação ao contexto da produção, o momento histórico de emergência das Clínicas do Trabalho se refere ao curso das transformações decorrentes da crise na sociedade salarial em que grande parte dos recursos explicativos em torno do trabalho/emprego, como apoio aos processos de integração social, falham em sua possibilidade de responder a um conjunto de emergentes sociais: desemprego, precarização, sofrimento, enfraquecimento do vínculo social, reconfiguração das identidades trabalhistas.

Os desenvolvimentos clínicos colocam a *subjetividade*, em suas diferentes elaborações teóricas, no centro da discussão, e recriam a tensão entre determinantes psíquicos e sociais, que se referem ao intrapsíquico no caso dos postulados psicanalíticos ou ao intersubjetivo para o caso das referências sócio-históricas ou histórico-culturais, mas sempre colocando em foco a experiência concreta do encontro do sujeito com a realidade (Pujol, 2013b). A experiência concreta do trabalho, o *trabalho real* ou a atividade de *trabalho*, são categorias que permitem descrever a situação e reconstruí-la como ela é vivida e ressignificada, abarcando aquilo que escapa ao conhecimento e ao saber do sujeito: a experiência de trabalho também contém o *real*, aquele que se recusa a ser transformado, que resiste às possibilidades do sujeito em um aqui e agora e que, para ser abordado, requer que o sujeito transforme a si mesmo. Nesse sentido, Lhuilier (2006a) afirma que reconhecer a centralidade do real na experiência de trabalho é reconhecer esse lugar estrutural de uma área do desconhecido, sempre deslocada, nunca reabsorvida, e que garante a própria existência do campo do pensamento e da técnica.

A experiência do trabalho, então, tem uma dupla face: por um lado, pode ser uma ocasião para o desenvolvimento de si mesmo, das possibilidades que abrigam o singular e o coletivo, e, por outro, o assento em que os impedimentos, restrições e experiências de desconforto e sofrimento se tornam visíveis. Essa abordagem da experiência de trabalho, na perspectiva do sujeito, do encontro com a realidade, do tropeço com o real, das possibilidades, falhas e potencialidades nos processos de transformação e reinvenção de si mesmo, permite avançar no sentido de uma *clínica*, e isto que se refere aqui a um modo de conhecimento que reafirma uma vocação crítica, emancipatória e, ao mesmo tempo, uma ética de consideração do outro.

Refere-se também a um *modo de produção de conhecimento*, sob a inspiração foucaultiana da situação clínica do encontro entre médico e paciente, como cenário primário de todas as revoluções científicas (Foucault, 2008) e a perda do privilégio do conhecimento especialista, na compreensão e transformação da realidade como um evento propulsor do surgimento de alternativas ao pensamento positivista.

Em suma, ao evocar essas perspectivas, a clínica é apresentada como estratégia de coprodução de conhecimento ou produção de conhecimento, em relação e a partir da ação entre pesquisadores(as) e trabalhadores(as). Por sua vez, o papel ativo do sujeito e do coletivo de trabalho é reforçado em relação à atividade laboral, sua organização, suas possibilidades de enfrentar o desconforto e de se mobilizar criativamente diante da diversidade de constrangimentos e condições que perpassam as situações de trabalho.

Nesse sentido, um denominador comum das Clínicas do Trabalho é o que propõe discutir o trabalho contemporâneo, abordando os processos “de emprego precário como instituição” e “de experiências de trabalho” (Hélaridot, 2005; Paugam, 2006), enquanto há atualmente uma precariedade relativa aos três processos cognitivos intrinsecamente ligados, na planificação e execução das tarefas profissionais, ou seja, o conhecimento (o saber), a prática (o saber-fazer) e as atitudes (o saber-ser), no contexto da empresa. Conjugados ao “pertencer”, esses processos apontam para a construção de novos significados do trabalho.

É evidente, então, que a necessidade de reconectar o trabalho com os enigmas da subjetividade e da saúde oferece um horizonte muito diferente daquele tradicionalmente concebido para a inserção de psicólogos(as) no trabalho, ou seja, de psicólogos a serviço do capitalismo industrial, dedicados ao amortecimento dos impactos da organização do trabalho na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Um novo horizonte, aqui proposto, implica ter um conceito de trabalho e das relações de trabalho (técnico, conhecimento de comércio, trajetória ocupacional, desenvolvimento e saúde) que acompanhem a construção de novos sentidos de “trabalho” como experiência de vida.

Por isso, interessa-nos discutir neste artigo algumas experiências em que a precariedade mobiliza a subjetividade, seja na direção de uma intensificação de vulnerabilizações nos processos de trabalho na vida de migrantes haitianos na Região Metropolitana de Belo Horizonte/Brasil ou no sentido de uma busca pela qualidade de trabalho e saúde, como no caso de empreendedores(as) na Argentina e no Uruguai. Para tanto, traremos recortes de duas pesquisas. A primeira delas trata de uma pesquisa de doutoramento, concluída pela primeira autora deste artigo em 2017 e a outra, acerca de trajetórias laborais de empreendedores no Uruguai e na Argentina, realizada pela segunda autora deste artigo, entre 2017 e 2018.

A precariedade transnacional: o caso dos migrantes haitianos no Brasil

No Brasil, o mundo do trabalho, fundado no trabalho escravo, constrói-se a partir de trabalhos marginalizados e que não oferecem nenhuma segurança social ao trabalhador. Embora existam realidades de trabalho reguladas pelo Estado, a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), esta não contemplou a maioria dos trabalhadores brasileiros (Cardoso, 2010). Todavia, ainda que não contemple toda a classe trabalhadora, alguns benefícios para os trabalhadores do mercado formal foram conquistados com ações de fortalecimento de sindicatos².

No século XXI, durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula de Silva (2003 a 2009) e da presidenta Dilma Rousseff (2010 a 2016), houve uma ampliação do setor precarizado (Carvalho, 2018), e o ciclo econômico absorveu 3 milhões de trabalhadores que ganhavam entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio. Incentivada por uma política de governo, intensificou-se naquele momento a falaciosa ideologia do empreendedorismo (Campos & Soeiro, 2016; Oliveira, 2020). Sob o nome oficial de Microempreendedor Individual, trabalhadores da área de serviços e outras passaram a solicitar um número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e passaram a ser o principal

2 Um exemplo dessa condição de insegurança social pode ser visto no documentário *ABC da Greve* (Hirszman, 1990), na cena em que os protagonistas visitam as favelas que se formam ao redor das multinacionais automobilísticas situadas no ABC Paulista e explicitam a realidade da classe trabalhadora urbana. Esta favelização também ocorreu nas proximidades da FIAT Automóveis, no município de Betim (MG).

alvo de bancos ávidos por emprestar dinheiro aos empreendedores individuais. Tais atividades, como veremos adiante, tornam-se alternativa diante do desemprego, da insatisfação e sofrimento no trabalho atual, ampliando o estrato de trabalhadores que compõem o precariado brasileiro. Nos últimos anos, a aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, no governo de Michel Temer (2016 e 2017), enfraqueceram o movimento sindical, ao desvincular a contribuição ao sindicato da obrigatoriedade e permitir a negociação individual com o patronato. Mais recente, houve também a fragilização das proteções sociais dos trabalhadores(as), com a Reforma da Previdência assinada por Jair Bolsonaro. Tais normas contribuíram para o aprofundamento da desigualdade socioeconômica e política, além de oferecer, entre escolhas escassas, o empreendedorismo como saída e estratégia de sobrevivência.

Tal realidade aproxima-se da discussão feita por Valenzuela (2015), de que, na América Latina, o precariado não se restringe à informalidade e sofre com insuficiência de garantias sociais para a vida, mesmo em um emprego formal. A partir destas características, podemos pensar que o precariado representa boa parte dos(as) trabalhadores(as) latino-americanos(as). Conforme Pujol (2013b):

A realidade geral do nosso continente e, particularmente, do nosso país [Argentina], não é diferente do que podemos observar a nível global: a grande maioria dos novos empregos é precária. A flexibilização e a terceirização favorecem a desestruturação dos coletivos de trabalho, desencadeando precarização e insegurança laboral, ao reduzir a porcentagem de trabalhadores com emprego estável e ao intervir em uma mudança considerável na organização das atividades e dos ofícios, gerando uma diminuição do trabalho típico (p. 54).

Além dos brasileiros, migrantes internacionais também vivenciam a fragilidade e insegurança para produzir sua existência no Brasil, e estão inseridos no precariado, como veremos a seguir. O percurso metodológico desta pesquisa é composto pelo método da intervenção-pesquisante, que pressupõe uma postura de horizontalidade entre os sujeitos da pesquisa, no que se refere à produção de saberes e, de maneira simultânea, à disponibilidade para responder às convocações do campo político-militante e às convocações de uma pesquisa científica. Assim, organizaram-se diversos eventos, atividades e espaços de luta por direitos com os haitianos e haitianas, entre os anos de 2014 e 2017. Também foram realizadas entrevistas em profundidade com sete migrantes haitianos, no município de Contagem (MG), durante 2015, 2016 e 2017.

O trabalho desqualificado, com baixa remuneração e sem regulação (Sato, 2013), tem sido a regra no mundo do trabalho na América Latina. Assim, para os migrantes internacionais que chegam ao Brasil, oriundos sobretudo de países periféricos e do Sul global, não há um destino de proteção social que venha do trabalho.

De acordo com o relatório anual do Observatório das Migrações Internacionais, desde 2012, considerando-se as migrações de longo termo, ou seja, com permanência superior a um ano, o maior fluxo de migrantes para o Brasil tem sido de haitianos e haitianas (Cavalcanti et al., 2019). Handerson (2015) discute algumas motivações para a escolha do Brasil como destino, visto que a migração é uma opção possível diante das condições socioeconômicas e políticas do país, desde sua independência.

De acordo com o autor, há um conjunto de motivações para esse fato, entre elas o terremoto que assolou o país em 2010 e o projeto migratório de mudança para a Guiana Francesa. De maneira accidental, entre os trajetos de um mundo não documentado, esses migrantes começam a chegar, via fronteira terrestre na tríplice-fronteira entre Peru, Colômbia e Brasil, na cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, onde passam a receber suporte da igreja e do município. Com o tempo, o Brasil tornou-se parte do projeto migratório de muitos(as) haitianos(as), que atualmente trabalham em diversas localidades do país, sendo a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no estado

de Minas Gerais, um desses lugares. Vejamos dois exemplos, a seguir, a partir de entrevistas sobre trajetória laboral, realizadas entre os anos de 2015 e 2016.

Phanel³ formou-se em Pedagogia no Haiti e frequentou a faculdade, cursando até o último ano do curso de Direito. No Haiti, trabalhou como professor do ensino básico, em escola pública, e lecionava aulas particulares de francês. Chegou ao Brasil em 2014, diretamente no aeroporto de Confins (MG), pois conhecia haitianos que moravam na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sua trajetória no mundo do trabalho, no Brasil, iniciou-se em um ferro-velho, no qual permaneceu durante dois meses, sem nenhum tipo de proteção trabalhista. Depois, trabalhou por três meses como estoquista noturno em uma rede de supermercados e, por onze meses, como auxiliar de montagem de painel eletrônico. No momento da entrevista, Phanel estava desempregado. Ao comparar sua situação de vida e trabalho no Haiti e no Brasil, ele destaca que o valor que ganhava trabalhando seis horas diárias no Haiti era equivalente ao trabalho de todo um dia no Brasil. Também ressalta que, no Haiti, as pessoas que possuem “estudo” vivem melhor. Quando era interpelado pelos seus conterrâneos sobre a situação e viabilidade para virem para o Brasil, ele ponderava, dizendo que se a pessoa tivesse “estudo”, era melhor ficar lá do que vir para cá.

Sua trajetória laboral no Brasil se distanciava totalmente de sua formação no Haiti, até aquele momento. Assim, o patrimônio construído na atividade de trabalho no país de origem (Schwartz & Durrive, 2009), ou seja, as experiências construídas nas trajetórias laborais até aquele momento, e sua formação não foram relevantes para conseguir um trabalho no Brasil, o que poderia configurar um desperdício da experiência, em decorrência do trágico descompasso entre formação educacional e experiência de trabalho anteriores e o trabalho que pôde realizar no Brasil (Barros, 2017). Nas situações narradas nas entrevistas, Phanel indica que os trabalhos disponíveis no Brasil são desqualificados e degradantes, mesmo em contextos de trabalho regulados pelo Estado. É importante observar que sua trajetória laboral no Brasil se inicia em um trabalho cuja seleção foi realizada da seguinte maneira: “Preciso de um homem forte para transportar peso o dia todo”. Há, nessa descrição, um incômodo do entrevistado, pois o que estava em jogo na “seleção para o trabalho” era sua disposição corporal para um trabalho que exige força muscular. No trabalho como estoquista noturno, além dessa disposição, é marcante a invisibilidade de sua atividade de trabalho, realizada no período entre 23h e 7h, e localizada em lugar periférico de um município da RMBH. Em conversas com Phanel, soubemos que era corriqueiro o fato de a empresa contratar outros haitianos para essas atividades de trabalho, que se caracterizam como atividades de trabalho escondidas, em lugares de difícil acesso e no horário noturno, esse último com graves impactos no bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores (Moreno et al., 2003).

Gérard, outro entrevistado, iniciou sua trajetória laboral no Haiti, após o terremoto de 2010, trabalhando como voluntário e, posteriormente, como contratado por uma Organização Não Governamental (ONG) de ajuda humanitária. Ele era responsável pela tradução do *creôle* e de outros idiomas e, posteriormente, trabalhou como socorrista. Interrompeu os estudos em Tecnologia Médica e chegou ao Brasil em setembro de 2013. No seu primeiro trabalho, carregava móveis durante 12 horas por dia e não tinha nenhuma proteção trabalhista. Seu segundo trabalho no Brasil foi em uma empresa terceirizada responsável pela fabricação de peças para carro e sua função era carregar caçambas. Trabalhava oito horas por dia em um regime contratual regulado pela CLT, tendo, por isso, direitos garantidos. Foi demitido após voltar de suas férias, mas, ao mesmo tempo, já queria sair desse trabalho, pois considerava que o ambiente lhe fazia muito mal. Iniciou um curso técnico em Análises Clínicas e formou-se, apesar das dificuldades, como a realização de trabalhos temporários e o fato de dormir, em média, três horas por noite. Na entrevista, ele comparou sua situação de vida e trabalho no Haiti e no Brasil, afirmando que no Haiti conseguia comprar moto, computador e que,

3 A pedido do sujeito, mantivemos seu nome real. Os nomes de participantes citados daqui em diante são todos fictícios.

no Brasil, era impossível conseguir comprar tais equipamentos, pois ganhava tão pouco que quase não conseguia enviar o dinheiro da remessa⁴ para seus familiares que permaneciam no Haiti. Gérard relatou situações humilhantes no Brasil, como casos de racismo no trabalho, na universidade e uma situação dramática, quando ficou três dias sem ter o que comer em casa, por não ter condições de comprar comida. No momento da entrevista, estava desempregado.

A trajetória de trabalho de Gérard, no Brasil, até o momento em que conversamos, foi atravessada pela insegurança social diante do trabalho e de situações precárias de vida. Apesar de possuir uma experiência de trabalho anterior, no Haiti, tais habilidades e referências continuaram a nortear sua formação no Brasil, mas não foram consideradas para ser selecionado para o trabalho na mesma área de formação (área da Saúde). Ao contrário, assim como Phanel, Gérard desempenhava atividades que exigiam disposição física e corporal. Tais atividades são desqualificadas, ao serem adjetivadas de atividades braçais, manuais e que, portanto, não convocam às atividades intelectuais. Seja carregando caçambas, seja carregando objetos no ferro-velho, a nacionalidade e a cor da pele determinam que o único caminho são os trabalhos que não exigem qualificação, que são degradantes e invisíveis socialmente.

Assim, considerando os trabalhadores haitianos no Brasil, podemos pensar que suas atividades de trabalho são parte do que Lhuilier (2014) denomina de “trabalho sujo”. Além de uma divisão social e técnica, há também uma divisão moral e psicológica no mundo do trabalho, que constrói hierarquias entre tarefas na mesma atividade de trabalho e entre atividades de trabalho, em uma determinada sociedade. Tal divisão também implica reconhecer trabalhos que são desvalorizados e desqualificados socialmente e que, portanto, fabricam o campo do “trabalho sujo” (Lhuilier, 2005, p. 16). Suas trajetórias laborais são atravessadas por alguns trabalhos sujos, principalmente relacionados ao transporte de objetos, cargas, reposição de estoque, entre outros.

A partir de Hughes (1951), a reflexão de Lhuilier (2005) sobre a dimensão da delegação, que constitui a noção de trabalho sujo, pode ser útil para compreendermos a construção simbólica dessas atividades, ao afirmar que muitos tabus e escrúpulos morais estão relacionados ao fato de que determinadas atividades são “empurradas” para aqueles que não podem recusá-las, aqueles que não estão em condições de escolher. Conforme afirmamos anteriormente, trabalhadores e trabalhadoras vivem com medo e se sujeitam a relações de submissão e humilhação no trabalho (Dejours, 1987; Jost et al., 2014), diante da possibilidade de perder a mínima segurança social que o trabalho pode oferecer. Nesse sentido, o trabalho do migrante parece ser considerado, em situações específicas que envolvem tarefas, condições e situações desqualificadas e desvalorizadas, como um “trabalho sujo” (Hughes, 1951), atravessado também por xenofobia, preconceito racial e socioeconômico (Barros, 2017).

O trabalho sujo inscrito em suas trajetórias laborais também os insere como parte de um precariado transnacional. Se a noção de precariado envolve, como dissemos anteriormente, a insuficiência de garantias sociais para a vida, em suas trajetórias laborais, no Haiti e no Brasil, tais condições prevalecem mesmo diante de uma segurança social advinda do trabalho. Portanto, nos dois países, o precariado pode ser compreendido a partir de características de inserção laboral distintas que, não obstante as diferenças, coloca os trabalhadores em uma situação de precariedade transnacional.

4 A remessa pode ser definida como parte constitutiva do projeto coletivo migratório. É o recurso financeiro que o migrante consegue enviar para seus familiares e amigos que permanecem em seu país de origem ou em outro país, um compromisso assumido ao migrar, com repercussões na relação entre subjetividade e trabalho (Barros, 2017).

Experiências de empreendedorismo na Argentina e no Uruguai: sofrimento e mobilização subjetiva

Em estudo realizado sobre as trajetórias de empreendedores no Uruguai e na Argentina, nos propusemos a conhecer e entender alguns dos fatores biográficos que afetam a ação empreendedora de empresários de primeira geração ou “não herdeiros”, ou seja, pessoas que escolhem o empreendedorismo como tarefa ou profissão, sem que ele constitua uma tradição em suas famílias de origem. Tal escolha relaciona-se à importância que o empreendedorismo tem nesses países.

Do ponto de vista metodológico, o estudo foi realizado em uma amostra intencional de 13 projetos empresariais (sete uruguaios e seis argentinos) em diferentes áreas de atuação. No marco de uma abordagem biográfica (Bertaux, 1980), a coleta de informações foi realizada por meio de entrevistas de trajetória biográfica. A formação do painel envolveu a seleção de 18 empresários “não herdeiros” (Pailot, 2003), indistintamente mulheres ou homens, entre 25 e 50 anos, com participação ativa em um negócio de, no mínimo, cinco anos. A partir de entrevistas com informantes-chave, foi possível identificar empreendimentos considerados dinâmicos⁵ no território em que se desenvolvem.

Segundo estudos recentes, na Argentina, entre 26% e 28% dos trabalhadores são autônomos, mas o emprego registrado continua a representar o volume mais importante da força de trabalho com aproximadamente 50% da população ativa (Maurizio, 2019). No caso do Uruguai, embora a informalidade tenha sido historicamente maior do que na Argentina, os dados atuais são semelhantes: segundo estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (Amarante & Gómez, 2016; Amarante & Perazzo, 2013), a informalidade do trabalho atingiu 23% em 2014, com 55% de trabalhadores registrados. No que diz respeito ao período da pandemia, na análise da contração dos mercados de trabalho latino-americanos, observa-se que boa parte da recuperação se desenvolve por meio do trabalho informal, e um em cada dois empregados está em condições de trabalho precárias (OIT, 2021).

Em relação à articulação com os ciclos econômicos e à análise da criação de empresas, as informações são bastante consistentes para toda a América Latina. Em um estudo realizado em um grupo de seis países latino-americanos que cobrem 70% da população da região (Maurizio, 2019), observa-se que entre 70% e 80% dos trabalhadores independentes são “autônomos não profissionais”. A incidência do trabalho por conta própria apresenta, em geral, correlação negativa com o nível de desenvolvimento do país, pois é maior nos países da América Latina (média de 40%) do que na Europa, Estados Unidos e Canadá (média de 14%). Esse panorama parece sugerir que a alta incidência do trabalho informal na região não é resultado de um maior “espírito empreendedor”, em relação aos países mais desenvolvidos e, sim, um reflexo da insuficiência de oportunidades de trabalho assalariado.

Nesse sentido, a informação específica sobre o empreendedorismo nascente permite complementar a informação. Segundo os estudos do Instituto de Estudios Empresariales de Montevideo (IEEM) que contribuem para o Global Entrepreneurship Monitor (IEEM & GEM, 2018), no Uruguai, em 2018, 4,2% dos empreendimentos nasceram por necessidade, sendo esses os realizados por pessoas que ficaram fora do mercado de trabalho, que não encontram trabalho ou que vivem em condições precárias e cuja motivação responde à subsistência. No caso da Argentina (IAE Business School & GEM, 2018), esse valor chega a 2,74%.

Assim, características culturais semelhantes são observadas: diante da expansão global do desemprego e do trabalho informal, em ambos os países, a expectativa é de se conseguir um emprego formal, porém, uma pequena parte da população é estimulada a criar empresas, geralmente

5 Empreendimentos dinâmicos são aqueles que têm potencial para se tornarem Pequenas e Médias Empresas (PME) competitivas com perspectivas de continuar crescendo após os primeiros anos de vida, momento em que se verifica a maior taxa de mortalidade empresarial (Kantis, 2013).

informais, visto que há uma consciência crescente de que um emprego formal ou seguro, em termos de contratação, muitas vezes, implica passar por uma experiência precária – do ponto de vista objetivo ou subjetivo. Isso porque, mesmo tendo um emprego estável, se o trabalho impede o desenvolvimento pessoal e o exercício de uma certa capacidade de autonomia, a atividade de empreender pode constituir uma alternativa desejável. Então, algumas pessoas escolhem empreender para ter maior poder de atuar sob as condições da atividade.

O estudo possibilitou rever o papel que o empreendedorismo desempenha nos processos de globalização e, particularmente, no discurso do empreendedorismo na “nova cultura do capitalismo” (Sennett, 2006), na qual as transformações do mundo do trabalho desempenham um papel significativo no surgimento de novas subjetividades. Nesse quadro, em uma perspectiva crítica, em outro artigo sobre a ancoragem territorial das experiências empreendedoras, foi analisado o papel da cultura empreendedora no trabalho contemporâneo, a sua natureza performativa e o seu impacto na produção de novas subjetividades (Pujol, 2017).

Abordaremos agora a questão do empreendedorismo como recurso ou alternativa ao emprego, a partir de uma perspectiva clínica em que foi possível avaliar o papel que eventos específicos das trajetórias de trabalho desempenham como mobilizadores de ação. No dizer de Clot (1989),

O ato humano . . . não ocorre em linha reta, por assim dizer, mas em uma encruzilhada e em círculos, a maioria dos quais estão fora do centro. É realizado no encontro de uma história social que coloca permanentemente o sujeito diante de novos problemas, o que a “provoca” e, portanto, testa sua coerência, e de uma história individual no curso da qual - em resposta a cada provocação da história social – o sujeito forneceu a si mesmo uma pluralidade de vidas possíveis. . . . É por isso que a subjetividade não é uma simples cena interior, mas uma atividade singular de apropriação, que ainda opera sem o conhecimento do assunto (p. 16).

Alguns achados do estudo anteriormente referido são úteis para avaliarmos como a precariedade das experiências de trabalho pode atuar na mobilização subjetiva e nas novas buscas. Traremos a seguir alguns exemplos em que a atividade empreendedora surgiu como a única saída possível, como uma opção saudável (singular ou coletiva) diante da necessidade de abandonar uma outra atividade que, devido às condições em que era realizada, produzia sofrimento psíquico ou, ainda, em resposta ao desemprego.

Um dos casos estudados é um empreendimento têxtil no Uruguai, criado em 2003 como uma cooperativa de trabalho. A ideia surgiu em 2001, quando três amigas se encontravam desocupadas e começaram a fazer lenços coloridos com certas características atraentes em termos de *design*. Inicialmente, elas usaram uma velha máquina de tricô que uma de suas avós havia preterido, e depois compraram mais quatro máquinas. Para as primeiras atividades comerciais, utilizaram as feiras estáveis de artesãs e artesãos de Montevideú e, como resultado de diversos contatos, seus produtos começaram a ser vendidos muito rapidamente em outros países, principalmente Angola, Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos.

O desemprego, como efeito da crise econômica, foi o gatilho para o empreendedorismo:

Estar desempregado é estressante, não importa se você é solteiro, casado ou qualquer que seja sua situação... Compartilhamos a situação e conversamos sobre isso o tempo todo. Houve um momento em que “a ficha caiu” e concordamos em fazer algo a partir dessa angústia. Aqui não é fácil, porque há toda uma tradição de ser empregado e, preferencialmente, no Estado... Por isso você fica muito intimidado... mas quando você não tem um centavo e você procura e procura... e sabe que realmente não há trabalho... então o medo começa a ir embora e surge a necessidade e a criatividade de que você era capaz, mas não aproveitou a capacidade que tinha (Natalia, Uruguai).

Ser “desempregado” é visto como uma situação “sem horizonte”, algo que não se espera que exija o uso de recursos próprios, não considerados antes, e que mobiliza o poder de agir. A atividade empreendedora não era uma alternativa anteriormente, mas a decisão é assumida a partir do desânimo causado pela infrutífera busca por um novo emprego. No entanto, outro exemplo ilustra uma situação diferente, em que a decisão de empreender é uma alternativa que convive com outras, como a possibilidade de migrar ou de permanecer em uma situação de trabalho que cause desconforto ou, ainda, optar por trabalhos que não são percebidos como atrativos.

Neste caso, são uma empreendedora e dois empreendedores de Rosário (Argentina) que, antes de iniciar sua atividade, trabalharam juntos na subsidiária de uma empresa internacional de serviços de tradução. Os três sócios, ex-funcionários de uma empresa que encerrou suas atividades na cidade, tiveram a oportunidade de se instalar em outros países e continuarem como empregados formais da empresa ou permanecerem em Rosário e se tornarem empreendedores. Não era impossível ou indesejável para eles se mudarem, mas por várias razões, não era a melhor opção. Aqui, há uma bifurcação de trajetória, o deslizamento de uma situação de desemprego para a atividade empreendedora, entendida como uma opção melhor que a migração para continuar em uma situação de trabalho, embora subjetivamente fosse definida como a única opção:

A empresa para a qual trabalhamos foi comprada por uma empresa americana que decidiu fechar a filial de Rosário da Argentina; não havia nenhum saber, conflito de gestão, má gestão ou algum inconveniente. Naquela época em que o escritório fechou, eu não era mais tradutora; entrei como tradutora, mas já era gerente de projetos. . . . A ideia de montar uma empresa nossa aparece porque. . . mudar-se para [outro país] não era uma possibilidade certa para mim; eu era casada, tinha dois filhos. . . . Então, decidimos começar e a empresa não veio como uma decisão estratégica: só agora, depois de 10 anos, vejo que a empresa surgiu como uma jangada. Já que a empresa em que trabalhamos estava afundando e tivemos que sair, era como uma jangada. Era dizer: “Aqueles que não vão para outros lugares, que não serão movidos pela empresa, que não querem se exilar. . . vamos criar nossa própria empresa e quem quiser somar, soma”. Foi uma questão, digamos, solidária, porque na verdade não havia outras empresas de tradução (Julieta, Argentina).

A alternativa de empreender é uma opção diante da possibilidade de transferência para outro país e da ausência de empreendimentos semelhantes para se integrarem. Um dos sócios, por outro lado, apresenta um olhar diferente, ligado ao mal-estar produzido pela situação do fechamento de escritórios da empresa em que trabalhavam:

Nosso empreendimento para mim foi a busca da saúde. Quando as coisas ficaram ruins, eu não tinha concebido a possibilidade de abrir uma empresa. A alternativa era ir para casa e traduzir como freelancer. Eu pensava: “Que outra coisa posso fazer, se aqui dentro estou ficando louco?”. Embora eu nunca tivesse pensado na possibilidade de abrir uma empresa. . . , era uma questão de fé e confiança nas minhas habilidades como tradutor ou na capacidade de trabalhar nessas coisas. Sim, eu não tinha dúvidas de que eu poderia fazer bem como tradutor freelancer, mas surgiu a possibilidade de empreender e construir um bom local de trabalho para mim (Paulo, Argentina).

Vemos, neste exemplo, que manter ou projetar um estilo de vida ou o desejo de residir em um determinado lugar aparecem como razões que se unem à necessidade de empreender, frente a uma situação de trabalho precário que se torna uma precariedade vital. No entanto, é preciso compreender as tensões sempre presentes entre a persistência da centralidade do emprego, cada vez mais precário na sociedade, e a emergência de um discurso que propõe uma mudança para um estilo de vida empreendedor que pode ser considerado uma visão de mundo vinculada

ao senso comum. O uso dessa categoria naturaliza um conjunto de episódios da vida dos sujeitos e modela subjetividades. Como desenvolvemos em outra publicação ao abordarmos o fenômeno empreendedor, a análise crítica da promoção da cultura empreendedora é essencial para superar a lógica performativa desse discurso (Pujol, 2017).

Nesse sentido, há uma representação de que o emprego é a forma dominante de trabalho e, portanto, torna-se muito complexo pensar ou projetar outras ocupações. Isso aparece no contexto de uma reflexão crítica sobre os processos de socialização familiar e escolar em que a ideia de ser empregado é naturalizada e/ou estimulada, mesmo que haja uma qualificação que possibilite outras opções como o caso dos profissionais autônomos. Empreendedores de primeira geração reconhecem que ter pessoas na família (pais, avós, irmãos mais velhos etc.) que trabalharam grande parte de sua vida como empregados constituiu, de certa forma, um obstáculo para assumir os riscos mínimos de um projeto empreendedor. Identificam que, em seus processos de socialização, o emprego tem sido referido como a forma mais natural e desejável de trabalho, com todo um conjunto de ideias associadas a essa representação: *“fazer o que é possível para manter o emprego”, “estar ativo em busca de emprego, quando estiver desempregado”, “buscar novas oportunidades de emprego quando não está satisfeito com o que você tem”* etc. No dizer de uma entrevistada: *“Empreendedorismo não é a primeira coisa em que você pode pensar... É a última coisa, quando você já está desesperado. E você não pensa nisso como algo definitivo também”* (Natalia, Uruguai).

A ideia de desenvolvimento pessoal e a questão da autonomia – ainda que seja uma autonomia relativa – também estão associadas a uma questão de mobilidade na carreira. Sennett (2006) ressalta que o termo “carreira” foi aplicado ao trabalho a fim de sinalizar o canal pelo qual as atividades profissionais de uma vida são canalizadas. Este autor argumenta que o capitalismo flexível bloqueou o caminho tradicional de carreira, desviando os trabalhadores de um tipo de trabalho para outro. As mudanças no mundo do trabalho envolveram pressão significativa sobre os atores do trabalho, visando o máximo desenvolvimento da empregabilidade, entendido como orientação do sujeito para “ajustar”, na medida do possível, suas habilidades profissionais às exigidas pelo mercado. Outros consideram que as condições de trabalho atuais constituem uma limitação insuportável, o que os coloca em uma posição dependente e inibe a implantação da autonomia, do desenvolvimento pessoal, e que “deixar o trabalho” é sempre melhor do que viver uma experiência precária.

Nesses casos, o abandono do emprego e a transição para o empreendedorismo são dados pela necessidade de deixar condições de trabalho insatisfatórias, tanto em termos objetivos quanto subjetivos: certas condições de trabalho, por diferentes razões, tornam-se intoleráveis e intervêm na bifurcação das trajetórias e na avaliação da atividade empreendedora como alternativa.

Podemos ilustrar esse argumento a partir do caso de um centro de saúde especializado em pacientes com transtornos alimentares. Trata-se de um grupo de sete profissionais de saúde que trabalharam juntos, em relação dependente, integrando a equipe de um centro de características semelhantes, que foi o primeiro na Argentina a liderar essa especialidade. Em média, o período de sete anos de trabalho na instituição, com um crescente mal-estar sobre as condições de trabalho, passou a ser expresso em cada um dos profissionais: por um lado, condições de contrato anteriormente enfrentadas, tanto relativas aos salários quanto em termos de intensificação progressiva da carga horária e das demandas de dedicação aos pacientes; por outro, a configuração progressiva de um ambiente de trabalho em que era cada vez mais difícil negociar acordos sobre a abordagem e estratégia de enfrentamento do problema dos pacientes (casos clínicos). Essa segunda dimensão claramente ganha mais peso do que a primeira:

Obviamente, trocamos ideias com meu marido, que também se incluiu no grupo, e aos poucos começamos a fazer comentários uns com os outros, o que complementou o que dissemos nas reuniões. Bah... crítica ou autocrítica... Não concordamos com os protocolos de tratamento e era cada vez

mais difícil para nós sustentá-los... e ainda mais para comprová-los ou justificá-los aos pacientes e suas famílias. A situação tornou-se insustentável. Você viu quando disse “eu faria outra coisa” e vê que não poderia fazer lá (Maria, Argentina).

A precariedade da experiência de trabalho foi sentida principalmente na sobrecarga cognitiva e emocional derivada daquilo que Yves Clot (1989) chama “atividade impedida” ou do “sofrimento ético” (Dejours, 2006), que os levou a “trabalhar mal”. O grupo começa a assumir uma posição coletiva de resistência, que dura aproximadamente três anos e culmina na saída do grupo da clínica, para empreender coletivamente e criar seu próprio centro de saúde:

Fui o primeiro a perguntar em voz alta... “e se sairmos?” porque a situação não foi mais longe. Por um lado, não podíamos esperar mais para ter que fazer algo em que não concordávamos em nada... e, por outro lado, estávamos ansiosos para fazer coisas novas para tentar ou aplicar coisas que estávamos aprendendo a partir da formação... estávamos oprimidos o tempo todo por causa da situação insuportável de estar lá o dia todo e para o desejo de tentar coisas novas... Isto é... tínhamos uma profissão e estávamos fazendo algo que não tinha nada a ver com o que pensávamos que precisava ser feito (Hannibal, Argentina).

A outra parceira argumenta:

Eu, por exemplo, terminei de me engajar [no projeto] quando a proposta de deixar tudo apareceu, porque, para mim, a coisa mais importante era ficar no mesmo tema e eu não queria trabalhar em qualquer clínica para fazer qualquer coisa... e sabia ou intuía que se todos nós partíssemos haveria uma chance de ainda estar ligado a eles e à mesma coisa (Marisa, Argentina).

Todavia, inicialmente o mal-estar não levou a uma iniciativa “coletiva”: a ideia dominante era alugar um espaço compartilhado para exercer a profissão de forma independente, cada um com seus pacientes, com diálogo e interconsultas entre pares e, por vezes, tornar-se paciente uns dos outros. Essa situação durou apenas seis meses, uma vez que o próprio fato de decidir sair ao mesmo tempo da instituição em que trabalhavam e, por sua vez, buscarem juntos um espaço físico no qual pudessem se estabelecer, juntos, para permanecer em uma situação de intercâmbio profissional o tempo todo e se organizarem para produzir uma administração compartilhada de recursos, efetivamente levou ao início do empreendimento coletivo, que hoje tem onze anos de história.

Como pode ser visto nesses exemplos, optar pela atividade empreendedora pode favorecer a conquista de alguma autonomia para sair de demandas vividas como limitantes ao próprio desenvolvimento. Isso pode ser entendido como o processo em que emergem, pelo menos parcialmente, aquelas capacidades efetivas ou potenciais do sujeito, mais diretamente associadas aos seus objetivos ocupacionais e à construção de uma trajetória satisfatória ao próprio sujeito, de acordo com seu projeto profissional. Quando as condições de desenvolvimento são dadas, os processos de construção da identidade ocupacional são fortalecidos, o que é possível por meio da satisfação das expectativas dos outros e de suas próprias (Pujol, 2013b).

É importante notar que essa possibilidade é visível em sujeitos que possuem certa qualificação e recursos pessoais para empreender ou que possam, coletivamente, articular certas competências empreendedoras, por meio da associatividade com os outros ou do *networking*, a partir de uma posição reflexiva desses sujeitos, em relação à sua trajetória ocupacional. Em sentido contrário, a possibilidade de empreender adquire certo caráter utópico para grupos sociais mais frágeis, dada a precariedade do trabalho contemporâneo: as restrições, demandas e adversidades que passam por situações de trabalho representam a internalização da dominação social.

Considerações finais ou inquietações sobre o futuro

Os cenários apresentados neste texto retratam realidades de trabalho discutidas sob o prisma das Clínicas do Trabalho. Enquanto classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1995), sejam empreendedores na Argentina ou no Uruguai, sejam migrantes haitianos no Brasil, a heterogeneidade da classe trabalhadora no mundo atual convoca-nos a não os pensar separadamente. Um elemento comum aos cenários expostos refere-se aos trabalhadores que integram o precariado. Nesse sentido, uma marcante característica do precariado remete à noção de carência de futuridade (Alves & Fonseca, 2014), isto é, um sentimento de inquietação por não se conseguir pensar um futuro. Tal condição afeta os contextos da dimensão histórica do trabalho, ou seja, as formas que o trabalho adquire no atual modo de produção (baixos salários, ausência de proteções trabalhistas) e as dimensões ontológicas e trans-históricas do trabalho, configuradas pela eterna necessidade de produção da existência, que atravessa os tempos históricos. Esta última dimensão, nesse contexto, é corroída pela temporalidade do capital e do mercado e torna-se fonte de sofrimento, pois o tempo de produção da vida é submetido ao tempo do capital.

Outro elemento comum refere-se ao desemprego ou à sua ameaça, que empurra os trabalhadores para caminhos que acentuam a fragilização social. Assim, o espectro do desemprego, que pode ser analisado a partir do desemprego estrutural como parte necessária para a expansão do capitalismo, está cada vez mais presente nas trajetórias laborais e contribui para uma vida precária situada entre trabalhos degradantes, trabalhos insuportáveis, empreendedorismo e desemprego.

Essas são algumas das razões pelas quais as Clínicas do Trabalho estão se tornando cada vez mais relevantes na abordagem de problemas fundamentais, como a organização do trabalho contemporâneo, a análise da precariedade, as variabilidades das trajetórias dos trabalhadores e, fundamentalmente, as condições de sofrimento psíquico que esses fatores implicam.

Nesse sentido, não se trata mais de contribuir para a defesa dos trabalhadores apenas, mas também da “defesa do trabalho” (Vatin, 2004) como prática social. A intervenção clínica, a partir de uma visão emancipatória, é eficaz em duplo sentido: pode colocar em causa a precariedade do trabalho (entendida como uma questão social) e, por outro lado, tensionar situações em que a precariedade das experiências de trabalho é portadora do sofrimento. Isso é possível sempre que cooperamos para compreender e para transformar situações específicas de trabalho, por meio da articulação das capacidades dos trabalhadores, possibilitando a criação de novos sentidos e a construção de conhecimentos para renormalizar, nos termos de Schwartz e Durrive (2009), e enfrentar as experiências precarizantes.

Diante dos elementos comuns, também é possível afirmar a potência do trabalho como fonte de saúde e de vida. É a aposta no trabalho que oferece condições de construirmos um projeto de futuro e, conseqüentemente, um projeto de existência. As Clínicas do Trabalho, ao inserirem como centrais a compreensão e a transformação do real, apostam na construção de sentidos e significados, pautados em valores do bem-comum, ou seja, em um projeto de sociedade emancipatório e em espaços de produção de vida e de saúde.

Referências

- Alves, G. (2012). *Trabalho e estranhamento: saúde e precarização do homem-que-trabalha*. LTr.
- Alves, G., & Fonseca, D. (2014). O movimento social do precariado, carência de futuridade e necrose do capitalismo de bem-estar social em Portugal. *Projeto História*, 46, 91-114.
- Amarante, V., & Gómez, M. (2016). *El proceso de formalización en el mercado laboral uruguayo*. CEPAL Oficina Montevideo.

- Amarante, V., & Perazzo, I. (2013). *Trabajo por cuenta propia y monotributo en Uruguay*. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de la República (Udelar).
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez.
- Barreto Ghione, H. (2001). Trabajo decente: particularidades de la construcción de un concepto jurídico a partir del lenguaje corriente: Entre la protección social básica y la participación de los trabajadores en la empresa. *Gaceta Laboral*, 7(2), 50-62.
- Barros, C. R. (2017). Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-24072017-170154/>
- Bertaux, D. (1980). L'approche biographique, sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 69(2), 198-225.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo.
- Brum, E. (2016, 7 de abril). Exaustos-e-correndo-e-dopados. *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html
- Campos, A., & Soeiro, J. (2016). *A falácia do empreendedorismo*. Portugal.
- Cardoso, A. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Editora FGV.
- Carvalho, L. (2018). *Valsa brasileira*. Todavia.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes.
- Cavalcanti, L., Oliveira, T., Macêdo, M., & Pereda, L. (2019). *Resumo executivo: imigração e refúgio no Brasil: a inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal*. OBMigra.
- Clot, Y. (1989). L'autre illusion biographique. *Enquête*, 5, 1-6. <https://doi.org/10.4000/enquete.99>
- Clot, Y., & Lhuillier, D. (2006). Introduction. Perspectives en clinique du travail. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 1, 179-193. <https://doi.org/10.4000/nrt.2493>
- Dejours, C. (1987). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez/Oboré.
- Dejours, C. (2001). *Trabajo y desgaste mental*. Lumen-Hvmanitas.
- Dejours, C. (2006). *La banalización de la injusticia social*. Topía.
- Dessors, D., Guiho-Bailly, M. (1998). *De la psicopatología a la psicodinámica del trabajo*. Piette; Conicet.
- Druck, G., & Antunes, R. (2013). A terceirização como regra? *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, 79(4), 214-231.
- Engels, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo.
- Farné, S. (2003). *Estudio sobre la calidad del empleo en Colombia: Oficina Regional para América Latina y el Caribe de la OIT*. OIT.
- Foucault, M. (2008). *El nacimiento de la clínica: una arqueología de la mirada médica*. Siglo XXI.
- Gago, V. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Elefante.
- Handerson, J. (2015). *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Hélandot, V. (2005). Précarisation du travail et de l'emploi: quelles résonances dans la construction des expériences sociales? *Empan*, 60(4), 30-37.
- Hirszman, L. (Diretor). (1990). *ABC da Greve* [Documentário]. Taba Filmes.
- Hughes, E. (1951). Work and the self. In J. H. Rohrer & M. Sherif (Eds.), *Social psychology at the crossroads* (pp. 313-323). Harper and Brothers.
- IAE Business School & Global Entrepreneurship Monitor. (2018). *Resumen ejecutivo*. <https://www.gemconsortium.org/economy-profiles/argentina-2>
- IEEM-GEM. (2018). *Reporte Nacional de Uruguay*. <https://www.ieem.edu.uy/img/recursos/562/reportes-gem-2018.pdf>
- Jost, R. C. F., Fernandes, B., & Soboll, L. A. P. (2014). A subjetividade do trabalhador nos diferentes modelos de gestão. In: L. Soboll, & D. L. da S. Ferraz (Orgs.), *Gestão de pessoas: armadilhas da organização do trabalho* (pp. 48-66). Atlas.
- Kantis, H. (Coord.). (2013). *iEmprendimientos dinámicos en América del Sur? La clave es el (eco) sistema*. Red Mercosur de Investigaciones Económicas.

- Lanari, M. E. (2005). *Trabajo decente: significados y alcances del concepto. Indicadores propuestos para su medición*. Ministerio de Trabajo, empleo y seguridad social. Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales.
- Leite, M., & Del Bono, A. (2016). Trabajo y tercerización en Argentina y Brasil. *Cuadernos del Cendes*, 33(93), VII-XVI.
- Lepore, E., & Schleser, D. (2006). *La heterogeneidad del cuentapropismo en la Argentina actual. Una propuesta de análisis y clasificación*. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social.
- Lhuillier, D. (2005). Le "sale boulot". *Travailler*, 14(2), 73-98.
- Lhuillier, D. (2006a). *Cliniques du travail. Nouvelle revue de psychosociologie*, 1(1), 179-193.
- Lhuillier, D. (2006b). *Cliniques du travail*. Editions Erès.
- Lhuillier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17, 5-20. <http://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19>
- Marx, K. (2017). *O Capital: Livro I: Crítica da economia política: O processo de produção do capital*. Boitempo.
- Maurizio, R. (2019). *Rotación ocupacional e informalidad laboral: el caso de los trabajadores independientes en América Latina*. Oficina de la OIT para el Cono Sur de América Latina.
- Moreno, C. R. C., Fischer, F. M., & Rotenberg, L. (2003). A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. *São Paulo em Perspectiva*, 17(1), 34-46. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000100005>
- Organização Internacional do Trabalho. (2021). *Panorama Laboral. 2021: América Latina y el Caribe*. https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_836196/lang-es/index.htm
- Pailot, P. (2003). Méthode biographique et entrepreneuriale: application à l'étude de la socialisation entrepreneuriale anticipée. *Revue de l'entrepreneuriat*, 2(1), 19-41.
- Paugam, S. (2006). Les fragmentations de la société salariale: un autre regard sur la structure sociale. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16, 161-176.
- Pujol, A. (2011a). Calidad de trabajo/calidad de empleo: perspectivas posibles para la delimitación de un problema de investigación. In M. Rodigou Nocetti & H. Paulin (Eds.), *Coloquios de investigación cualitativa. Subjetividades y procesos sociales* (pp. 41-52). Universidad Nacional de Córdoba.
- Pujol, A. (2011b). La tensión entre prescripto y real y su impacto en la calidad del trabajo subjetivamente percibida: un análisis clínico. In J. Zanelli, N. Silva, & S. da Rosa Tolfo (Orgs.), *Processos psicossociais nas organizações e no trabalho* (pp. 219-235). Casa do Psicólogo.
- Pujol, A. (2013a). Trabajo y subjetividad. Trazos para la construcción de una mirada regional. In A. Pujol & C. Dall'Asta (Eds.), *Trabajo, actividad y subjetividad. Debates abiertos* (pp. 53-65). <http://docplayer.es/13889623-Trabajo-actividad-y-subjetividad-debates-abiertos-andrea-pujol-y-constanza-dallasta-comp.html>
- Pujol, A. (2013b). La qualité du travail au secteur TI en Argentine: les tensions entre les trajectoires singulières et collectives. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 15. <https://www.cairn.info/revue-nouvelle-revue-de-psychosociologie-2013-1-page-131.htm>
- Pujol, A. (2017). Subjetividade e território em empreendedores de primeira geração. *Psicologia em Revista*, 23(1), 339-360. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p339-360>
- Pujol, A., & Falcão, J. R. (2021). Precarización y subjetividad como focos de investigación y teorización. In C. P. Cavero, & L. T. Arce (Eds.), *Mundo del trabajo y de las organizaciones en transformación: Desafíos sociales, políticos y éticos* (pp. 359-379). Aletheya.
- Rodríguez-Miglio, N., Erbes, A., Roitter, S., & Pujol, A. (2015). El nuevo trabajo industrial: una mirada crítica desde la calidad del empleo. *Revista Sociedad y Economía*, 28, 137-162.
- Santos, B. de S. (2010). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Cortez.
- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16, 99-110. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p99-110>
- Schmidt, M. L. G., Januário, C. A. R. M., & Rotoli, L. U. M. (2018). Sofrimento psíquico e social na situação de desemprego. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 21(1), 73-85. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p73-85>
- Schwartz, Y., & Durrive, L. (2009). *L'activité en dialogues: entretiens sur l'activité humaine (II)*. Octares Editions.
- Sennett, R. (2006). *La cultura del nuevo capitalismo*. Anagrama.

- Slee, T. (2019). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. Elefante.
- Standing, G. (2011). *O precariado: a nova classe perigosa*. Autêntica.
- Oliveira, F. M. U. (2020). *Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal* [Tese de Doutorado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Toledo, E. G. (2017). ¿Qué es el trabajo no clásico? *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 21(36), 5-44.
- Valenzuela, H. C. (2015). Precariedad, precariado y precarización. *Polis*, 40, 1-16.
- Valenzuela, M., & Reinecke, G. (2000). *¿Mas y mejores empleos para las mujeres? La experiencia de los países del Mercosur y Chile*. OIT-Chile.
- Vatin, F. (2004). *Trabajo, ciencias y sociedad: ensayos de sociología y epistemología del trabajo*. Lumen Humanitas.
- Vejar, D. J. (2017). Precariedad laboral en América Latina: contribuciones a un modelo para armar. *Revista Colombiana de Sociología*, 40(2), 27-46.
- Wisner, A. (1994). *A Inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. Fundacentro.

Endereço para correspondência

reis-barros@ufmg.br

andrea.pujol@unc.edu.ar

jinga@uol.com.br

Recebido em: 15/03/2022

Revisado em: 06/12/2022

Aprovado em: 20/06/2023

